

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Métodos de Pesquisa

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Iniciar o aluno no trabalho intelectual alicerçado na busca do conhecimento por meio da aplicação da metodologia científica. Capacitar o aluno a utilizar os instrumentos necessários à busca de informação, mostrar os tipos de pesquisa científica, apresentar os instrumentos para coleta de dados e propiciar as bases necessárias para a compreensão dos fundamentos da metodologia científica.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver as habilidades para escrever um projeto de pesquisa. Possibilitar o conhecimento das diferentes fases de uma pesquisa, desde a pesquisa bibliográfica até à redação de um trabalho.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber detalhar as etapas para elaboração de um projeto de pesquisa. Mostrar as diversas técnicas de pesquisa. Estabelecer procedimentos para coleta, apresentação, tratamento e interpretação de dados. Mostrar as etapas para elaboração e divulgação de um relatório de pesquisa.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A pesquisa como produção de conhecimento
2. Noções gerais, conceito e etapas do projeto de pesquisa.
3. Tipos de pesquisa: estudos de caso, bibliográficas, descritivas, observacionais, correlacionais.
4. Estudos prospectivos, experimentais, de grupo, de sujeito único.
5. Técnicas de pesquisa. O projeto de pesquisa.
6. Estrutura do trabalho de pesquisa; escolha e delimitações do assunto de pesquisa;
7. Coleta e apresentação dos dados.
8. Análise dos dados, tratamento estatístico.
9. Interpretação dos dados.
10. O relatório da pesquisa. Seções do relatório da pesquisa.



11. A divulgação da pesquisa. Comunicação científica oral e escrita.
12. Normas de citações e referências bibliográficas.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

- Leitura e análise de textos.
- Realização online de exercícios teóricos e práticos.

VI – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. (As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição, que por sua vez estão divulgados no manual do aluno).

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência, São Paulo, Editora Loyola, 2005.

LAKATOS, E. Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPLEMENTAR

GIL, Antonio Carlos. Projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico; elaboração de trabalhos na graduação*.-6 edição-São Paulo: Atlas, 2003

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIZZOTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.

SOLOMON, DV. Como fazer uma monografia, 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERIÓDICOS

REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE (REPEC)
<http://www.repec.org.br>

PESQUISA MUNDI
<http://www.pesquisamundi.org/>

RAE : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
<http://rae.fgv.br/>



PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Constitucionais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Abordagem dos conteúdos de Direito Constitucional numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno, em complementação ao Conteúdo Programático do curso, o estudo teórico-reflexivo e prático dos conteúdos de Direito Constitucional, numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a utilização de processos, atos e procedimentos práticos efetivamente existentes no mundo profissional;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Filosofia e Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica sobre temas práticos atuais do Direito Constitucional;
- Julgamento e tomada de decisões. Pesquisa e compreensão plena de acórdãos, legislação e todo tipo de decisões judiciais ou produção legiferante;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.



IV – COMPETÊNCIA

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do Direito Constitucional, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito constitucional, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito constitucional numa dimensão interdisciplinar.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito constitucional, com enfoque nos direitos fundamentais do cidadão.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da intervenção federal, dos princípios constitucionais, sobretudo, da dignidade da pessoa humana, das comissões parlamentares, dos direitos políticos e sigilo bancário numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção. Intervenção Federal e Estadual. Conceitos, procedimentos e explanações. Artigos 34 a 36, CF.

1.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Pedido de Intervenção nº 2.915, em que o STF não determinou a intervenção federal no Estado de São Paulo em razão da comprovada falta de recursos do Estado para quitar Precatórios em dia. A discussão girou em torno do mínimo existencial x reserva do possível e o princípio da proporcionalidade.

2. Ampla defesa e contraditório. Direitos Fundamentais. Princípios processuais constitucionais. Conceitos, explanação e abordagem das duas Declarações de Direitos do Homem formuladas até hoje (1789, após a Revolução Francesa, e 1948, elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU). Artigo 5º, incs. LIV e LV, CF.

2.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 201.819, em que o STF decidiu pela aplicação da ampla

defesa e do contraditório também no âmbito do Direito Privado, no caso de expulsão ou exclusão de sócio de sociedade sem fins lucrativos. Ainda, no Mandado de Segurança nº 24.268, o STF determinou a aplicação da ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e, no Recurso Extraordinário nº 158.215/RS, determinou a aplicação da ampla defesa e do contraditório no procedimento de expulsão ou exclusão de associado de Cooperativa. Análise da expressão "constitucionalização do Direito Privado".

3. Dignidade da Pessoa Humana e Princípios Fundamentais (Título I, CF e art. 1º, inc. III, CF). Conceito e explanações. Eliminação do preconceito e da discriminação de qualquer espécie no Brasil (art. 3º, incs. I e IV, e XLV, CF). Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil.

3.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132/RJ (União Homoafetiva). Conjugação dos artigos 226 e 227, CF com a dignidade da pessoa humana e a não discriminação e preconceito (casamento homoafetivo, adoção de crianças por casais do mesmo sexo e questões correlatas).

3.2 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 3.510 – permissão de extração de células-tronco e descarte do embrião fecundado. Discussão sobre o Direito à Vida. O *caput* do art. 5º, CF. Preservação e proteção da vida. A ADPF nº 54, que firmou entendimento no sentido da possibilidade do aborto, pela gestante, do feto anencéfalo (decisão pela interpretação conforme a Constituição). Princípios constitucionais correlatos, como liberdade, intimidade e vida privada.

4. Princípios penais na Constituição Federal. Conceitos, explanações e discussões. Nova e ampla abordagem da dignidade da pessoa humana na Constituição refletida na área criminal. O Habeas Corpus. Direito constitucional de ir e vir. Liberdade, igualdade e legalidade. Artigo 5º, incs. II, III, XV, XXXV (inafastabilidade da jurisdição), XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L.

4.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no Habeas Corpus nº 82.959, em que restou facultada aos presos por crimes hediondos, cumprindo a pena integralmente em regime fechado, a oportunidade de progredirem para o regime semiaberto. Inconstitucionalidade declarada do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90.

5. Liberdade de expressão e liberdade de expressão artística. Conceitos e explanações. Liberdade em sentido amplo. Direitos de personalidade. Art. 5º, IV e IX, CF. Exercício prático → Análise do Habeas Corpus nº 83.996, em que se discutiu se havia ato obsceno ou não em peça teatral. Análise do Habeas Corpus nº 59.104, em que se discute se atividades imorais ou ilícitas, como prostituição, são protegidas ou não pelos Direitos Fundamentais. Direito de imagem: diferença entre pessoas públicas e comuns. *Faparazzi*. Princípio da proporcionalidade.

5.1 Exercício prático → Limites à liberdade de expressão Proibição de livros ou qualquer tipo de manifestação antissemita. Vedação de apologia ou



propaganda nazista, sob qualquer forma. Vedação do racismo (art. 3º, inc. IV e IX, CF e art. 5º, inc. XLII, CF). Acórdão do STF no *Habeas Corpus* nº 82.424. Leitura do texto "A liberdade de expressão na Constituição de 1988", de Samantha Meyer-Pflug, na obra "DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). *Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012". O tema do artigo é o "Discurso do Ódio".

6. Direito de manifestação jornalística. Liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV, V, IX, XIII e XIV, CF). A não recepção da Lei nº 5.250/67, assim declarada pelo STF na ADPF nº 130/08. A desnecessidade de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, declarada no Recurso Extraordinário nº 511.961. Exercício prático → Análise da lei e dos acórdãos.

7. Direitos Políticos. Artigos 14 a 16, CF. Conceitos, explicações, situações e procedimentos práticos. Perda ou suspensão dos Direitos Políticos (art. 15, CF). As características do voto. Os demais modos de sufrágio: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A excepcionalidade do voto indireto no Brasil (art. 81, § 1º, CF).

7.1 Exercício prático → Análise do Processo Administrativo nº 18.483/04, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, o qual redundou na Resolução nº 21.920 do TSE, criando no Brasil o voto facultativo também para os portadores de deficiência física. O STF determinou a harmonização do art. 14, § 1º, inc. II, CF com o art. 6º, inc. I, alínea "a", do Código Eleitoral (este último permitia o voto facultativo para "inválidos"). Temas correlatos à saúde pública e atendimento dos desamparados.

8. Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, CF). Limites constitucionais. Prisões e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares.

8.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no Mandado de Segurança nº 27.483/DF, sobre interceptação telefônica por CPI e independência dos Poderes. Atuação exclusiva ou não do Judiciário em tais casos (emprego ou não da cláusula de reserva judicial neste caso de interceptação telefônica e em outros casos).

9. Sigilo bancário. Discussão sobre a possibilidade de quebra do sigilo bancário e/ou fiscal diretamente pela autoridade administrativa. Art. 5º, incs. X e XII, CF. Intimidade e vida privada. Cláusula de reserva judicial. Empate (5x5) no STF sobre o tema. Princípio da proporcionalidade. Colisão de direitos. Conceitos e explicações.

9.1 Exercício prático → Análise das ADINs 2.386, 2.390, 2.397 e 4.010, apensadas para julgamento em conjunto. A Medida Cautelar nº 33/03 e a polêmica no RE nº 389.808/03 e no RE nº 601.314, este último com repercussão geral decretada. Os argumentos nos votos de cada Ministro do STF contra e a favor da quebra do sigilo bancário e fiscal diretamente pelas autoridades administrativas.

10. Liberdade religiosa. Liberdade de culto. Estado laico, por expressa prescrição constitucional. Imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Art. 5º, incs. VI e VII, CF. Artigos 19, 210, § 1º, 213 e 226, § 2º, CF. Artigos 150, VI, alínea "b" e § 4º, CF.

10.1 Exercício prático → Análise da sentença proferida pela Justiça Federal na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.017604-0, movida pelo Ministério Público Federal, ainda sob recurso. A polêmica dos crucifixos em salas de audiência e Plenários de Tribunais como STJ e STF. Ensino religioso nas escolas, subvenção a entidades religiosas, tópicos também objeto da Ação Civil Pública supracitada. Análise do acórdão do STF proferido no Recurso Extraordinário nº 325.822/SP, sobre a maior e menor extensão da imunidade tributária aos templos religiosos (de qualquer culto). Comparação com as demais imunidades tributárias previstas na Constituição Federal. Análise e discussão da sentença supra sobre a laicidade do Estado e do acórdão do STF sobre imunidade tributária dos templos religiosos.

11. Controle de Constitucionalidade. Conceito, explanação e procedimentos. Artigos 102 e 103, CF. A legislação infraconstitucional reguladora do controle de constitucionalidade (Lei nº 9.868/99, Lei nº 9.882/99, Lei nº 8.038/90 e artigos 541 a 545, CPC). Controle de normas municipais e estaduais em face de normas da Constituição Estadual repetidas ou que façam remissão a normas da Constituição Federal. Possibilidade. Art. 125, CF.

11.1 Exercício prático → Análise da Reclamação nº 4.432 – STF. Possibilidade de controle de constitucionalidade na via estadual, pelo TJ do Estado respectivo, de normas locais que violem preceitos da Constituição Estadual, porém repetidos ou remissivos a preceitos da Constituição Federal. O conceito e procedimento do recurso denominado "Reclamação".

12. Tema extra: Eficácia das normas constitucionais. Eficácia Plena, Contida e Limitada. Conceitos e explanações. Artigos 9º e 37, VII, CF. Ausência de norma regulamentadora de greve para o setor público. Norma constitucional de eficácia contida. Aplicação da Lei nº 7.783/89, que regulamenta a greve para o setor privado, para o setor público, conforme julgamento do Mandado de Injunção nº 708/07. O Mandado de Injunção e a Omissão Infraconstitucional. Aula expositiva e participativa. Exercício prático

13. Tema extra: Controle de Constitucionalidade pela via difusa. O papel do Senado Federal na via difusa. Proposta, ainda não votada pelo Plenário do STF, feita na Reclamação nº 4.335, de transformação dos efeitos *inter partes* no julgamento de Recursos Extraordinários em efeitos *erga omnes* e vinculantes próprio do controle pela via concentrada, retirando do Senado Federal a prerrogativa de suspensão discricionária da execução da norma declarada inconstitucional pelo STF pela via difusa. Art. 52, X, CF – 2h.

13.1 Exercício prático → Mutação dos efeitos do controle de constitucionalidade pela via difusa para os efeitos do controle de constitucionalidade na via concentrada, por intermédio da técnica da "mutação constitucional". Leitura do acórdão na Reclamação nº 4.335.



VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BULOS, Uadi Lamêgo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

_____, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade – Estudos de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

_____, Gilmar Ferreira. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional – 2002 - 2010** (Decisões relevantes em 9 anos de atuação no STF). São Paulo: Saraiva.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.

SILVA, JOSÉ AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, Editora Malheiros.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**, São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert, **Teoria dos Direitos Fundamentais**, 1ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. 3ª Edição. São Paulo: Renovar, 2008.

_____, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2011.

CASTRO, Aldemário Araújo. **Considerações acerca dos Sigilos Bancário e Fiscal , do Direito Fundamental de Inviolabilidade da Privacidade e do Princípio Fundamental da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado** In: **Sigilos Bancário e Fiscal**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Fundamentais**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva.

COSTA JR., Paulo José da. **O Direito de Estar Só**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). **Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva.

FURLAN, Fabiano Ferreira. **Sigilo Bancário**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GAMA, Lidia Elizabeth Peñaloza Jaramillo. **O Devido Processo Legal**. São Paulo: Editora de Direito, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: RT.



QUEZADO, Paulo Napoleão Gonçalves; LIMA, Rogério Silva. **Sigilo Bancário**. 1ª Edição. São Paulo: Dialética, 2002.

RIBEIRO, Diógenes V. Hassan. **Proteção da Privacidade**. 1ª Edição. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS, 2003.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª Edição. São Paulo: RT, 2009.

_____, Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Economia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Economia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução do pensamento econômico. O conceito de economia e o funcionamento do mercado. Relações entre economia e direito. O estudo da atividade econômica nacional. Desenvolvimento e crescimento econômico. Economia internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar, ao aluno do Curso de Direito, noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos alunos o domínio do conteúdo de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão das noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito. Aplicação de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País. Entendimento do funcionamento do mercado, assim como os fundamentos jurídicos do mercado. Assimilação das estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência. Entendimento da relação entre o setor público na economia. Compreensão da importância da economia Internacional e a globalização como fenômeno multidimensional.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



1. Origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes da economia.
2. A evolução do pensamento econômico.
3. O conceito de economia e o funcionamento do mercado.
 - A lei da escassez e as necessidades humanas.
 - Oferta x procura, preços e equilíbrio de mercado.
 - Fatores de produção, produção e custos de produção.
4. Economia e direito.
 - Fundamentos jurídicos do mercado.
 - Estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência.
 - A relação entre fornecedores e consumidores e o Código de Defesa do Consumidor.
 - Produção e recursos naturais: a legislação de proteção ao meio ambiente.
5. A atividade econômica nacional.
 - Conceitos básicos: PIB, renda, investimento.
 - A distribuição da renda nacional.
 - Objetivos e instrumentos de política econômica: política fiscal, política monetária, política cambial.
 - O setor público na economia.
6. O desenvolvimento e o crescimento econômico.
7. Economia Internacional.
 - Comércio internacional.
 - O balanço de pagamentos.
 - O papel das instituições multilaterais: FMI, Banco Mundial, OMC.
 - A globalização como fenômeno multidimensional.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões. Apresentação, análise e discussão de artigos e material divulgado pela imprensa, conceitos

teóricos com referência aos problemas econômicos atuais. Comentários e breves análises sobre assuntos econômicos da atualidade, incluindo discussões sobre os planos econômicos implantados na história recente do País, procurando demonstrar o emprego dos instrumentos econômicos.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Básica

CASTRO, Antonio Barros de; LESSA, Carlos. **Introdução à economia**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Complementar

CARDOSO, Eliana A. **Economia brasileira ao alcance de todos**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21ª ed. São Paulo: LTC, 1987.

NUSDEO, F. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. São Paulo: RT, 2002.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Coord.) **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 22ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TROSTER, R. L. **Introdução à economia**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1999.



PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Bases Constitucionais da Administração Pública

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

A Administração Pública. Função administrativa do Estado. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e indireta. Servidores públicos. Ato administrativo: conceito, atributos, elementos e classificação. Vícios. Extinção e convalidação. Confirmação. Licitação: conceito e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades licitatórias. Procedimento. Anulação e revogação. Contrato administrativo: conceito, características, formalidades, modalidades e rescisão.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;



- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Direito Administrativo e o regime jurídico-administrativo.
 - 1.1. Origem, evolução histórica e conceito do Direito Administrativo.
 - 1.2. Relações do Direito Administrativo com outros ramos do Direito.
 - 1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.
 - 1.4. Fontes de Direito Administrativo.
 - 1.5. Interpretação do Direito Administrativo.
2. Administração Pública.
 - 2.1. Estado, Governo e Administração Pública.
 - 2.2. Função administrativa do Estado.
 - 2.3. Organização administrativa brasileira.
 - 2.3.1. Órgãos e competências públicas.
 - 2.3.2. Desconcentração e descentralização.
 - 2.3.3. Estrutura administrativa: administração direta e indireta.
 - 2.3.4. Figuras da administração indireta e entidades paralelas.
 - 2.3.5. Servidores públicos.
 - 2.3.5.1. Regime constitucional dos servidores públicos.
 - 2.3.5.2. Cargo, emprego e função.
 - 2.3.5.3. Direitos e deveres.
 - 2.3.5.4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.
 - 2.4. Poderes da Administração Pública.
3. Ato administrativo.
 - 3.1. Conceito de ato administrativo.

- 3.2. Perfeição, validade e eficácia.
- 3.3. Requisitos do ato administrativo.
- 3.4. Elementos do ato administrativo.
- 3.5. Pressupostos do ato administrativo.
- 3.6. Atributos do ato administrativo.
- 3.7. Classificação dos atos administrativos.
- 3.8. Vícios do ato administrativo.
- 3.9. Extinção: revogação, invalidação, convalidação.
- 4. Licitação.
- 4.1. Conceito e princípios da licitação.
- 4.2. Objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade.
- 4.3. Modalidades da licitação.
- 4.4. Procedimento: etapas internas e externas, fases da licitação.
- 4.5. Anulação e revogação da licitação.
- 5. Contrato administrativo.
- 5.1. Conceito de contrato administrativo.
- 5.2. Características e formalidades do contrato administrativo.
- 5.3. Modalidades de contrato administrativo.
- 5.4. Rescisão.
- 6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.



VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GOMES, Fábio Bellote. **Elementos de Direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 12ª ed. São Paulo: RT, 2008.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Bases Procedimentais da Administração Pública

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Serviço público. Bens públicos. Restrições do Estado sobre a propriedade privada. Supremacia do interesse público e função social da propriedade. Limitação administrativa. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Servidão administrativa. Edificação ou parcelamento compulsório. Desapropriação. Processo administrativo. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa. Controle da Administração Pública.

II – OBJETIVOS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.



IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Serviço público.

- 1.1. Conceito de serviço público.
- 1.2. Titularidade do serviço e titularidade da prestação.
- 1.3. Serviços públicos por determinação constitucional.
- 1.3. Delegação do serviço: concessão, permissão e autorização.
- 1.4. Contratos de gestão. Convênio e consórcio administrativo. Terceirização na Administração Pública.

2. Bens públicos.

- 2.1. Conceito de bens públicos.
- 2.2. Classificação no Direito Brasileiro.
- 2.3. Afetação e desafetação dos bens públicos.
- 2.4. Aquisição de bens públicos.
- 2.5. Formas de alienação de bens públicos.
- 2.6. Formas de utilização de bens públicos.
- 2.7. Bens públicos em espécie.
- 2. Restrições do Estado sobre a propriedade privada.
 - 2.1. Fundamentos
 - 2.2. Modalidades: limitação administrativa, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa, edificação ou parcelamento compulsório, desapropriação: espécies (procedimento, indenização; imissão provisória na posse; retrocessão; desvio de finalidade e anulação).

3. Processo Administrativo.

- 3.1. Noções gerais.
- 3.2. Processo e procedimento.
- 3.3. Modalidades de processo administrativo.
- 3.4. Princípios do processo administrativo.
- 3.5. Fases do processo administrativo.
- 3.6. Processo administrativo disciplinar.
- 3.7. Processo sumário.

4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.

- 4.1. Evolução da responsabilidade.
- 4.2. Dano indenizável.
- 4.3. Causas excludentes da responsabilidade.
- 4.4. Ação regressiva.
- 4.5. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.

5. Improbidade administrativa.

6. Controle da Administração Pública.

- 6.1. Controle interno.
- 6.2. Controle externo.
- 6.3. Controle legislativo: Comissão Parlamentar de Inquérito, pedido de informações, convocação de autoridades e fiscalização pelo Tribunal de Contas
- 6.4. Controle jurisdicional.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de **Direito administrativo**. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

COMPLEMENTAR

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 12ª ed. São Paulo: RT, 2008.



PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º Semestre

DISCIPLINA: Recuperação Judicial e Falência

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direito falimentar e recuperação da empresa: evolução. Preservação da empresa. Disposições comuns à falência e à recuperação de empresas. Análise da empresa em crise sob a ótica da recuperação judicial e extrajudicial. Aplicação da Lei nº 11.101/2005: aspectos processuais da legislação falimentar.

II – OBJETIVOS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;



IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução

- 1.1. Ordem econômica e função social da empresa
- 1.2. Aspectos históricos do Direito Falimentar brasileiro
- 1.3. Lei de Falência e Recuperação de Empresas - Lei 11.101/2005

2. Aspectos comuns à Falência e à Recuperação de Empresas

- 2.1. Abrangência da Lei 11.101/2015 (art. 2º)
- 2.2. Juízo competente (art. 3º)
- 2.3. Administrador judicial – aspectos gerais
- 2.4. Comitê de credores
- 2.5. Assembleia geral de credores

3. Recuperação de Empresas

- 3.1. Recuperação judicial
 - 3.1.1. Pedido de processamento
 - 3.1.2. Plano de recuperação
 - 3.1.3. Procedimento da recuperação judicial
 - 3.1.4. Convolação da recuperação judicial em falência
- 3.2. Recuperação extrajudicial

4. Falência

- 4.1. Hipóteses legais de caracterização da falência (arts. 94 e 105)
- 4.2. Efeitos da sentença declaratória de falência
- 4.3. Arrecadação e custódia dos bens do falido
- 4.4. Pedido de restituição
- 4.5. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência
- 4.6. Classificação dos créditos na falência
- 4.7. Realização do ativo
- 4.8. Pagamento aos credores
- 4.9. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido
- 4.10. Crimes falimentares

5. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras - Lei 6.024/1974

6. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de Recuperação de Empresas e Falências Comentada**. 9ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Empresarial**. 4ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 15ª edição, São Paulo, Atlas, 2014.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de Falência e Recuperação de Empresa**. 27ª edição, São Paulo, Saraiva, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e Recuperação de Empresa**. 6ª edição, Rio de Janeiro, Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. vol. 3, 15ª edição, São Paulo, Saraiva, 2014.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. vol 3, 9ª edição, São Paulo, Saraiva, 2014.



PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 1º Semestre

DISCIPLINA: Ciência Política

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Ciência política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Origem da sociedade. Conceito de Estado. Soberania. Território. Povo. Finalidades e funções do Estado. Personalidade jurídica do Estado. Estado e democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia representativa. Sistemas eleitorais e sistemas partidários. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito. O Estado Democrático de Direito.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão de conhecimentos sobre autores e conceitos básicos da Ciência Política que funcionem como referencial teórico ao entendimento das relações políticas que permeiam a sociedade onde o Direito se insere, assim como contribuam para a uma visão crítica dessas relações.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Debater sobre as principais correntes de pensamento político ocidental e sua influência sobre a formação das instituições políticas contemporâneas

Analisar a Teoria do Estado à luz do pensamento político clássico da Idade Moderna e do Iluminismo: as instituições que formam o Estado e a noção de Democracia.

Analisar objetivamente os principais elementos da Teoria do Estado: Estado, Nação, Soberania, Formas de Governo e Sistemas Políticos e Democracia Contemporânea.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções de Ciência Política.
2. O conceito de política. Noção de teoria geral do Estado. Política e direito constitucional.
3. Evolução histórica e clássica do pensamento político.
4. Pensamento político contemporâneo.
5. Origem da sociedade.

6. A origem do Estado.
7. Conceito de Estado: soberania, território, povo.
8. Constituição e poder constituinte.
9. Finalidades e funções do Estado.
10. Estado e direito. Personalidade jurídica do Estado.
11. Estado absolutista. Estado totalitário. Estado liberal. Estado social.
12. Elementos essenciais do Estado. Povo e nação. Nacionalidade.
13. Soberania.
14. Território. Natureza e espécies de território. Fronteiras. O território e a CF de 88.
15. Estado moderno e democracia.
16. A separação de poderes.
17. Democracia direta, semi-direta e representativa.
18. O sufrágio.
19. Formas de governo.
20. Parlamentarismo. Presidencialismo.
21. Representação política. Partidos políticos. Partidos políticos e a CF 88.
22. O Estado federal. A federação brasileira.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.



VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 6ª ed. São Paulo: SRS Editora, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar:

ACQUAVIVA, Marcus Vinícius. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1994.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 1998/2005.

BONAVIDES, P. **Teoria do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2001.

FILOMENO, José Geraldo Brito de. **Manual de teoria geral do Estado e ciência política**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do Estado**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social: princípios do direito político**. São Paulo: Martins Fontes, 1998/2006.

WEFFORT, F. C. **Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau "o Federalista"**. São Paulo: Ática, 2000. v. 1.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º Semestre

DISCIPLINA: Teoria da Empresa

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Teoria da Empresa. Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Gerente. Contabilista e outros auxiliares. Escrituração. Teoria geral do direito societário. Sociedades não personificadas e sociedades personificadas. Sociedades empresárias no Código Civil. Sociedades por ações.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação de persuasão e de reflexão crítica;



- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Disciplina jurídica da atividade empresarial
 - 1.1. Atividade econômica e atividade empresarial
 - 1.2. Disciplina privada da atividade econômica
 - 1.3. Desenvolvimento histórico do tratamento dado aos comerciantes
 - 1.4. Teoria dos atos de comércio
 - 1.5. Teoria da empresa
 - 1.6. Sistema brasileiro atual de caracterização do empresário
2. Empresário
 - 2.1. Exploração da atividade empresarial (individualmente ou coletivamente)
 - 2.2. Empresário. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
 - 2.3. Obrigações legais
 - 2.3.1. Registro de empresas
 - 2.3.2. Escrituração
 - 2.3.3. Demonstrações contábeis
3. Estabelecimento Empresarial
 - 3.1. Conceito, natureza e elementos
 - 3.2. Alienação do estabelecimento - Trespasse
 - 3.3. Locação comercial
 - 3.3.1. Ação renovatória
4. Propriedade Industrial
 - 4.1. Propriedade intelectual
 - 4.2. Bens da propriedade industrial
 - 4.3. Invenções
 - 4.4. Modelos de utilidade
 - 4.5. Requisitos de patenteabilidade
 - 4.6. Desenho industrial
 - 4.7. Marcas
 - 4.8. Requisitos de registrabilidade
 - 4.9. Indicações Geográficas
 - 4.10. Práticas de concorrência desleal
5. Introdução ao Direito Societário
 - 5.1. Sociedades Não-Personificadas
 - 5.1.1. Sociedade em comum
 - 5.1.2. Sociedade em conta de participação
 - 5.2. Sociedades Personificadas
 - 5.2.1. Personificação societária: origem e extinção
 - 5.2.2. Desconsideração personalidade jurídica
6. Sociedades no Código Civil

- 6.1. Sociedades Simples
 - 6.1.1. Tipos societários
 - 6.1.1.1. Sociedade simples pura
 - 6.1.1.2. Sociedade cooperativa
- 6.2. Sociedades Empresárias
 - 6.2.1. Tipos societários
 - 6.2.1.1. Sociedade em nome coletivo
 - 6.2.1.2. Sociedade em comandita simples
 - 6.2.1.3. Sociedade limitada

7. Sociedade por Ações:

- 7.1. Títulos emitidos pelas sociedades por ações
- 7.2. Capital social
- 7.3. Órgãos sociais da companhia
- 7.4. Deveres e responsabilidades dos administradores
- 7.5. Consórcios
- 7.6. Grupo de sociedades
- 7.7. Sociedade em comandita por ações

8. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

COELHO, Fabio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 26ª edição, São Paulo, Saraiva, 2014.



GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Empresarial**. 4ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.
FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 15ª edição, São Paulo, Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais**. 20ª edição, São Paulo, Saraiva, 2012.
MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 37ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2014.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. vol 1, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 2014.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. vol. 1, 33ª edição, São Paulo. Saraiva, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Contratos Civil e Empresarial

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Contratos em espécie. Classificação: contratos nominados e inominados. Contratos civis e empresariais. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Contrato de transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais. Contratos Bancários. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia. Leasing e Factoring.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e



aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Compra e Venda.
 - 1.1. Disposições Gerais.
 - 1.2. Cláusulas Especiais à Compra e Venda: Retrovenda, Venda a Contento e Sujeita a Prova, Preempção ou Preferência, Venda com Reserva de Domínio, Venda Sobre Documentos.
2. Troca ou Permuta.
3. Contrato Estimatório.
4. Doação.
 - 4.1. Disposições Gerais.
 - 4.2. Revogação da Doação.
5. Locação de Coisas.
6. Empréstimo.
 - 6.1. Comodato.
 - 6.2. Mútuo.
7. Prestação de Serviço.
8. Empreitada.
9. Depósito.
 - 9.1. Depósito Voluntário.
 - 9.2. Depósito Necessário
10. Mandato.
 - 10.1. Disposições Gerais.
 - 10.2. Obrigações do Mandatário.
 - 10.3. Obrigações do Mandante.
 - 10.4. Extinção do Mandato.
 - 10.5. Mandato Judicial.
11. Comissão.
12. Agência e Distribuição.
13. Corretagem.
14. Transporte.
 - 14.1. Disposições Gerais.
 - 14.2. Transporte de Pessoas.
 - 14.3. Transporte de Coisas.
15. Seguro.
 - 15.1. Disposições Gerais.
 - 15.2. Seguro de Dano.
 - 15.3. Seguro de Pessoa.
16. Constituição de Renda.
17. Jogo e a Aposta.
18. Fiança.
 - 18.1. Disposições Gerais.
 - 18.2. Efeitos da Fiança.
 - 18.3. Extinção da Fiança.
19. Transação.
20. Compromisso.
21. Atos Unilaterais.

- 21.1. Promessa de Recompensa.
- 21.2. Gestão de Negócios.
- 21.3. Pagamento Indevido.
- 21.4. Enriquecimento Sem Causa.
- 22. Noções Gerais de Contrato por Adesão, Contrato de Construção, Contrato de Incorporação Imobiliária, Contrato de Edição, Contrato de Representação Dramática.
- 23. Contratos Bancários.
- 24. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia.
- 25. Arrendamento Mercantil (Leasing).
- 26. Factoring.
- 27. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos Unilaterais**. V. 3. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. V. 3. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos em Espécie**. V. 3. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.



PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Controle de Constitucionalidade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Estado e Constituição. O Estado Constitucional: a idéia de Constituição, origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Poder constituinte e poder de reforma. Teoria das normas constitucionais. A supremacia jurídica da Constituição. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das leis.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de



persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Histórica do Constitucionalismo.

2. O Conceito de Constituição.

2.1. Constituição em Sentido Formal (Kelsen e Schmitt).

2.2. Constituição em Sentido Material (Lassalle, Heller e Hesse).

3. Formação e Processos de Mudança da Constituição.

3.1. Poder Constituinte Originário.

3.2. Poder Constituinte Derivado (Reformador).

3.3. Mutações Constitucionais.

4. Normas Constitucionais e sua Interpretação.

4.1. Normas, Regras e Princípios.

4.2. Proporcionalidade/Razoabilidade.

4.3. Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais.

4.3.1. Problema da Eficácia das Normas Constitucionais.

4.3.2. Normas Constitucionais de Eficácia Plena.

4.3.3. Normas Constitucionais de Eficácia Contida.

4.3.4. Normas Constitucionais de Eficácia Limitada.

4.3.5. Normas Programáticas.

4.4. Interpretação das Normas Constitucionais.

4.4.1. Peculiaridades Justificantes de uma Hermenêutica Constitucional.

4.4.2. Fontes Interpretativas.

4.4.3. Objeto da Interpretação Constitucional.

4.4.4. Finalidade da Interpretação Constitucional.

4.4.5. Pressupostos Hermenêuticos-Constitucionais.

4.4.6. Princípios Constitucionais: Diretrizes Hermenêuticas da Atividade Interpretativa.

4.4.7. Força da Realidade face à Norma Jurídica.

4.4.8. Efeitos da Interpretação Constitucional na Unidade do Sistema Jurídico.

5. Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.1. Os Fundamentos do Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.2. Espécies de Controle de Constitucionalidade: Político, Jurídico ou Misto.

5.3. Pressupostos de Constitucionalidade das Espécies Normativas.

5.4. Os Sistemas de Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.5. Controle Preventivo.

5.6. Controle Repressivo de Constitucionalidade.

5.6.1. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Legislativo.

5.6.2. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Judiciário.

5.7. Controle Difuso e Concentrado.

5.5. Ações Relativas ao Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos.

5.5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.3. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência,



elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DALLARI, D. de A. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2000/2006.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2006.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 1º Semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Civil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Codificação. Teoria da unificação do direito privado. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Ausência. Curadoria. Sucessão. Pessoas jurídicas. Associações. Fundações. Domicílio. Bens.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Acequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias ao Direito Civil.

- 1.1. Conceito de Direito.
- 1.2. Direito Objetivo e Subjetivo.
- 1.3. Direito Público e Direito Privado.
- 1.4. Conceito de Direito Civil.
- 1.5. Importância do Direito Civil.
- 1.6. Utilidade da Codificação.
- 1.7. Objeto e Divisão.
- 1.8. Princípios do Direito Civil.
- 1.9. Relação do Direito Civil com os Demais Ramos do Direito.

2. História da Codificação Civil Brasileira.

- 2.1. O Código de 1916.
- 2.2. O Código Civil de 2002.

3. Considerações sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 3.1. Vacância.
- 3.2. Revogação da lei.
- 3.3. A presunção do art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 3.4. Integração e lacunas da lei. Analogia, costumes e princípios gerais de direito.
- 3.5. Interpretação da lei.
- 3.6. A lei no tempo – a questão da retroatividade.
- 3.7. A eficácia da lei no espaço.

4. Pessoas Naturais.

- 4.1. A Pessoa.
- 4.2. Personalidade e Capacidade.
- 4.3. Momento da Aquisição da Personalidade: a Questão do Nascituro.

5. Incapacidades.

- 5.1. Capacidade de Direito e de Fato.
- 5.2. Incapacidade Absoluta.
- 5.3. Incapacidade Relativa.
- 5.4. Suprimento da Incapacidade.
- 5.5. Cessação da Incapacidade.

6. Fim da Personalidade.

- 6.1. A Morte como Causa de Extinção da Personalidade.
- 6.2. Morte Civil.
- 6.3. Comoriência.

7. Registro Público.

- 7.1. Conceito.
- 7.2. Atos Registráveis.
- 7.3. Atos Sujeitos à Averbação.



8. Direitos da Personalidade.

- 8.1. Conceito.
- 8.2. Características.
- 8.3. Proteção aos Direitos da Personalidade.
- 8.4. Classificação.
- 8.5. Direito à Integridade Física.
- 8.6. Tratamento Médico.
- 8.7. Proteção à Palavra e à Imagem.
- 8.8. Proteção à Vida Privada.
- 8.9. Direito ao Nome.

9. Ausência.

- 9.1. Conceito.
- 9.2. Curadoria.
- 9.3. Sucessão Provisória.
- 9.4. Sucessão Definitiva.
- 9.5. Dissolução do Casamento do Ausente.

10. Pessoa Jurídica.

- 10.1. Conceito.
- 10.2. Histórico.
- 10.3. Denominação.
- 10.4. Natureza Jurídica.
- 10.5. Classificação.
- 10.6. Constituição da Pessoa Jurídica.
- 10.7. Grupos Despersonalizados.
- 10.8. Administração.
- 10.9. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- 10.10. Responsabilidade da Pessoa Jurídica.
- 10.11. Alteração, Transformação e Extinção.

11. Associações.

- 11.1. Conceito.
- 11.2. Estatuto.
- 11.3. Associados.
- 11.4. Assembléia Geral.
- 11.5. Dissolução.

12. Fundação.

- 12.1. Conceito.
- 12.2. Constituição.
- 12.3. Estatuto.
- 12.4. Atuação do Ministério Público.
- 12.5. Extinção.

13. Domicílio.

- 13.1. Conceito.
- 13.2. Importância do Domicílio.
- 13.3. Elementos.
- 13.4. Espécies.

- 13.5. Pluralidade de Domicílios.
- 13.6. Mudança de Domicílio.
- 13.7. O Domicílio das Pessoas Jurídicas.

14. Bens.

- 14.1. Conceito.
- 14.2. Classificação.
- 14.3. Patrimônio.

15. Bens Considerados em Si Mesmos.

- 15.1. Classificações do Código.
- 15.2. Bens Imóveis.
- 15.3. Móveis.
- 15.4. Bens Fungíveis e Infungíveis.
- 15.5. Bens Consumíveis e Não Consumíveis.
- 15.6. Bens Divisíveis e Indivisíveis.
- 15.7. Bens Singulares e Coletivos.
- 15.8. Bens Corpóreos e Incorpóreos.

16. Bens Considerados uns em Relação aos Outros.

- 16.1. Bens Principais ou Acessórios.
- 16.2. Pertenças.
- 16.3. Frutos e Produtos.
- 16.4. Benfeitorias.
- 16.5. Acessões.

17. Bens em Relação ao Titular do Domínio.

- 17.1. Conceito.
- 17.2. Classificação.
- 17.3. Inalienabilidade.

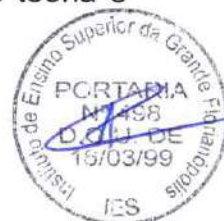
18. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.



VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro – Vol. 1 – Parte Geral**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil, vol. 1, Parte Geral**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, vol. 1 – Parte Geral**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol. 1 - Teoria Geral do Direito Civil**. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: parte geral**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de Direito Civil – Teoria Geral. Vol. 1**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2014.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil – Vol. 1 – Parte Geral**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Controle de Constitucionalidade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Estado e Constituição. O Estado Constitucional: a idéia de Constituição, origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Poder constituinte e poder de reforma. Teoria das normas constitucionais. A supremacia jurídica da Constituição. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das leis.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de



persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Histórica do Constitucionalismo.

2. O Conceito de Constituição.

2.1. Constituição em Sentido Formal (Kelsen e Schmitt).

2.2. Constituição em Sentido Material (Lassalle, Heller e Hesse).

3. Formação e Processos de Mudança da Constituição.

3.1. Poder Constituinte Originário.

3.2. Poder Constituinte Derivado (Reformador).

3.3. Mutações Constitucionais.

4. Normas Constitucionais e sua Interpretação.

4.1. Normas, Regras e Princípios.

4.2. Proporcionalidade/Razoabilidade.

4.3. Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais.

4.3.1. Problema da Eficácia das Normas Constitucionais.

4.3.2. Normas Constitucionais de Eficácia Plena.

4.3.3. Normas Constitucionais de Eficácia Contida.

4.3.4. Normas Constitucionais de Eficácia Limitada.

4.3.5. Normas Programáticas.

4.4. Interpretação das Normas Constitucionais.

4.4.1. Peculiaridades Justificantes de uma Hermenêutica Constitucional.

4.4.2. Fontes Interpretativas.

4.4.3. Objeto da Interpretação Constitucional.

4.4.4. Finalidade da Interpretação Constitucional.

4.4.5. Pressupostos Hermenêuticos-Constitucionais.

4.4.6. Princípios Constitucionais: Diretrizes Hermenêuticas da Atividade Interpretativa.

4.4.7. Força da Realidade face à Norma Jurídica.

4.4.8. Efeitos da Interpretação Constitucional na Unidade do Sistema Jurídico.

5. Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.1. Os Fundamentos do Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.2. Espécies de Controle de Constitucionalidade: Político, Jurídico ou Misto.

5.3. Pressupostos de Constitucionalidade das Espécies Normativas.

5.4. Os Sistemas de Controle de Constitucionalidade das Leis.

5.5. Controle Preventivo.

5.6. Controle Repressivo de Constitucionalidade.

5.6.1. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Legislativo.

5.6.2. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Judiciário.

5.7. Controle Difuso e Concentrado.

5.5. Ações Relativas ao Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos.

5.5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.3. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.

5.5.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência,



elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DALLARI, D. de A. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2000/2006.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2006.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Contratos Civil e Empresarial

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Contratos em espécie. Classificação: contratos nominados e inominados. Contratos civis e empresariais. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Contrato de transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais. Contratos Bancários. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia. Leasing e Factoring.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e



aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Compra e Venda.
 - 1.1. Disposições Gerais.
 - 1.2. Cláusulas Especiais à Compra e Venda: Retrovenda, Venda a Contento e Sujeita a Prova, Preempção ou Preferência, Venda com Reserva de Domínio, Venda Sobre Documentos.
2. Troca ou Permuta.
3. Contrato Estimatório.
4. Doação.
 - 4.1. Disposições Gerais.
 - 4.2. Revogação da Doação.
5. Locação de Coisas.
6. Empréstimo.
 - 6.1. Comodato.
 - 6.2. Mútuo.
7. Prestação de Serviço.
8. Empreitada.
9. Depósito.
 - 9.1. Depósito Voluntário.
 - 9.2. Depósito Necessário
10. Mandato.
 - 10.1. Disposições Gerais.
 - 10.2. Obrigações do Mandatário.
 - 10.3. Obrigações do Mandante.
 - 10.4. Extinção do Mandato.
 - 10.5. Mandato Judicial.
11. Comissão.
12. Agência e Distribuição.
13. Corretagem.
14. Transporte.
 - 14.1. Disposições Gerais.
 - 14.2. Transporte de Pessoas.
 - 14.3. Transporte de Coisas.
15. Seguro.
 - 15.1. Disposições Gerais.
 - 15.2. Seguro de Dano.
 - 15.3. Seguro de Pessoa.
16. Constituição de Renda.
17. Jogo e a Aposta.
18. Fiança.
 - 18.1. Disposições Gerais.
 - 18.2. Efeitos da Fiança.
 - 18.3. Extinção da Fiança.
19. Transação.
20. Compromisso.
21. Atos Unilaterais.

- 21.1. Promessa de Recompensa.
- 21.2. Gestão de Negócios.
- 21.3. Pagamento Indevido.
- 21.4. Enriquecimento Sem Causa.
- 22. Noções Gerais de Contrato por Adesão, Contrato de Construção, Contrato de Incorporação Imobiliária, Contrato de Edição, Contrato de Representação Dramática.
- 23. Contratos Bancários.
- 24. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia.
- 25. Arrendamento Mercantil (Leasing).
- 26. Factoring.
- 27. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos Unilaterais**. V. 3. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. V. 3. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos em Espécie**. V. 3. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

